



COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Síntese de Audiência

Dia: 27 de Setembro de 2011

Hora: 16h00

ENTIDADE: Associação Portuguesa de Aquacultores (APA), representados por: Manuela Castro Cunha, Carlos Henriques e Fernando Gonçalves

ASSUNTO: Apresentação do Sector e de propostas para a Fileira da Aquicultura

Recebidos pelos Deputados: Paulo Batista Santos (PSD Vice-presidente da Comissão; e João Pinho de Almeida (CDS-PP)

Síntese dos Temas Abordados:

A audiência durou cerca de 30 minutos e foi coordenada pelo Senhor Vice-presidente da Comissão, Deputado Paulo Batista Santos que, saudando os audientes lhes deu, de imediato, a palavra. Os representantes da APA fizeram uma breve apresentação do sector aquícola em Portugal, bem como da própria APA, que representa cerca de 90% dos produtores nacionais. No que concerne aos principais problemas do sector, foram salientados os seguintes pontos:

- ✓ **Seguro Aquícola** – Foi salientada a necessidade de regulamentação do DL n.º 21/2011, de 9 de Fevereiro, que criou o AQUISEGURO, Seguro Agrícola Bonificado e que, devido à ausência de regulamentação não tem tido qualquer aplicação prática. A este propósito, os audientes solicitaram a intervenção da Comissão junto do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P (IFAP), no sentido de proceder à referida regulamentação, com a brevidade possível;
- ✓ **Maternidade de bivalves** – Foi salientada a absoluta necessidade de construção de maternidades de bivalves, como factor fundamental de desenvolvimento do subsector da moluscicultura.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- ✓ **Questões relacionadas com o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) –**
No que concerne à aplicação deste imposto, foram salientadas duas questões de diversa natureza:
 - O problema da ostras serem taxadas à taxa normal, de 23%, o que torna aquele produto não concorrencial com os produzidos noutros países. Na opinião da APA as ostras já não podem ser consideradas um produto de luxo, tendo um preço base de 2 € a 3 €;
 - A questão do IVA na compra de materiais e utensílios. Foi explicado pela APA que, como os seus associados compram os materiais à taxa normal e vendem a maioria dos seus produtos à taxa reduzida de IVA, são, normalmente, credores daquele imposto. Neste contexto, defendem que faria sentido estarem isentos de IVA na compra de materiais e utensílios para as explorações aquícolas, à semelhança do que acontece no sector da pesca. Preconizam, assim, a extensão das isenções estabelecidas nas (alíneas d), e) e f) do artigo 14.º, Secção III do Código do IVA). Foi sublinhado que esta isenção não tem qualquer impacto orçamental, na medida em que, de qualquer forma, as empresas do sector são credoras de IVA, tendo um enorme impacto na tesouraria das associadas da APA, o que ganha ainda maior relevância num cenário como o actual, de restrições de acesso ao crédito.

- ✓ **Combustíveis** – Defende a APA que deveria beneficiar da utilização do gasóleo verde (utilizado para fins agrícolas) ou de pesca. Não tendo acesso a este combustível, os aquacultores encontram-se sujeitos a custos de produção mais altos do que os pescadores, bem como do que os seus concorrentes da União Europeia.

- ✓ **PME Investe** – A APA informou que o programa PME Investe não inclui o Código de Actividade Económica da Aquicultura, impedindo às Pequenas e Médias Empresas do sector a apresentação de candidaturas.

- ✓ Por fim, os audientes salientaram que, apesar das excelentes condições naturais de Portugal para a aquicultura, os constrangimentos legais, bem como



COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

os custos fiscais e outros, afugentam potenciais investidores, que preferem sediar o seu negócio em Espanha ou até mesmo em países sem tantas condições naturais de partida, como a República Checa.

A APA entregou documentação com informação detalhada sobre o sector, bem como sobre as propostas apresentadas, que pode ser consultada na página da Comissão, no sítio da internet da Assembleia da República.¹ Foi ainda dirigido um convite à Comissão para visitar as instalações dos associados da APA, do Norte ou Sul do país, de acordo com a conveniência da Comissão.

O Senhor Deputado João Pinho de Almeida agradeceu a exposição dos audientes, salientando a oportunidade da audiência, no que concerne às questões de fiscalidade, uma vez que o Orçamento do Estado para 2012 iria, em breve, dar entrada na Assembleia da República. Manifestou compreensão pelas dificuldades explanadas, não deixando, no entanto, de recordar a actual conjuntura, que tornava difíceis eventuais reduções fiscais.

O Senhor Vice-presidente, Deputado Paulo Batista Santos, agradeceu a informação prestada, em linha com as preocupações já expostas pela APA na Comissão de Agricultura e Mar. Sublinhou que não comparência de outros GP não significava um menor interesse nos temas expostos, mas apenas a coincidência de outras reuniões, à mesma hora. Informou que iria ser elaborado um relatório, a ser presente à totalidade dos membros da Comissão. Comprometeu-se, ainda, a transmitir o convite dirigido pela APA à Comissão.

Palácio de São Bento, em 27 de Setembro de 2011

O Vice - presidente da Comissão

(Paulo Batista Santos)

¹ <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailheAudiencia.aspx?BID=91222>